

A ENERGIA DOS CIDADÃOS: Fazer Acontecer a Democracia Energética

Dirk Holemans e Kati Van de Velde

A ENERGIA DOS CIDADÃOS: Fazer Acontecer a Democracia Energética

Dirk Holemans e Kati Van de Velde

Coordenação: Maiju Turunen

Tradução e Revisão: Quercus ANCN

Gráfica: Miriam Hempel

Contacto: info@oikos.be

Janeiro 2020

Esta publicação foi realizada com o apoio financeiro do Parlamento Europeu à Green European Foundation. O Parlamento Europeu não é responsável pelo conteúdo deste projeto.

Green European Foundation

3 Rue du Fossé - 1536 Luxemburgo

Escritório de Bruxelas:

Mundo Madou - Avenue des Arts 7/8 - B-1210 Bruxelas - Bélgica

Tel.: +32 (0) 2 329 00 50

Email: info@gef.eu

www.gef.eu

Este artigo resulta de um projeto transnacional da Green European Foundation, com o objetivo de analisar as possibilidades de uma transição energética para a Europa bem como a condução desse processo de uma forma democrática e participativa. Desde 2014, a GEF tem organizado eventos e realizado pesquisas em parceria com fundações de toda a Europa para apresentar perspetivas sobre o futuro da produção e do consumo baseados na sustentabilidade e na equidade.

Pode encomendar exemplares gratuitos desta publicação enviando um pedido por correio eletrónico para info@gef.eu.

Descrição da organização autora:

A Green European Foundation (GEF) é uma fundação política de âmbito Europeu cuja missão é contribuir para um debate vivo na esfera Europeia e promover um maior envolvimento dos cidadãos nas políticas europeias. A GEF procura integrar discussões sobre diretrizes e políticas europeias, dentro e fora da família política dos Verdes.

A GEF funciona como um laboratório para novas ideias, oferece formação transfronteiriça e constitui uma plataforma de cooperação e intercâmbio a nível Europeu.

Índice

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 6 |
| Breve história da energia | 7 |
| A democracia energética e os seus benefícios | 9 |
| A política energética europeia | 11 |
| O caminho para a democracia energética na Bélgica | 14 |
| Conclusão | 17 |
| Notas | 18 |

Introdução

Para fazer a transição para uma economia sustentável, para estabelecer uma verdadeira política climática, temos de transformar o nosso sistema energético num sistema totalmente renovável. Esta transição é, ao mesmo tempo, uma excelente oportunidade para se alcançar o objetivo da democracia energética. Não nos podemos esquecer de que quando o movimento Verde protestou contra as centrais nucleares, nos anos setenta, não foi apenas por causa dos riscos ecológicos da energia nuclear. Foi também a recusa de um sistema energético que era altamente centralizado e concebido do topo para a base. Dito de uma forma simples: as centrais nucleares têm de ser geridas como bases militares, enquanto as turbinas eólicas podem ser propriedade da comunidade. Além disso, os combustíveis fósseis só se encontram em determinados locais e, portanto, requerem centralização e geram dependência energética. O sol e o vento, pelo contrário, estão disponíveis em todo o mundo, o que permite sistemas descentralizados e conectados, baseados na cooperação.

A boa notícia é que os desenvolvimentos tecnológicos proporcionam hoje muito mais oportunidades para um sistema energético descentralizado, que pode muito bem ser organizado de forma democrática. As cooperativas de cidadãos e as autoridades locais podem ter aqui um papel crucial, desenvolvendo parcerias público-privadas. A par destes desenvolvimentos tecnológicos favoráveis, é hoje claro que os cidadãos - mais do que as empresas e, na maioria dos casos, mais do que os governos - assumiram e continuam a assumir a liderança na necessária transição energética. Foram os cidadãos – numa pequena aldeia no norte da Dinamarca – que construíram a primeira turbina eólica como alternativa a uma central nuclear planeada; e hoje, 40 anos depois, estão organizados a nível nacional e também através da Federação Europeia de Cooperativas de Renováveis - REScoop.

Os estudos mostram que até 2050, cerca de 45% de todos os agregados familiares da UE poderão produzir a sua própria energia renovável e mais de um terço poderá ser abastecido por cooperativas de energias renováveis. Isto constitui uma enorme oportunidade para o desenvolvimento económico regional, uma vez que os projetos de energias renováveis de propriedade local representam oito vezes o valor dos projetos detidos por empresas privadas que não são da região.

A possibilidade deste futuro brilhante é uma excelente razão para que a Green European Foundation apoie o projeto transnacional *ENERGY DEMOCRACY: Changing the Energy System*. Neste projeto, as fundações Verdes do Reino Unido, Grécia, Macedónia e Bélgica partilham as suas experiências e ideias e desenvolvem propostas políticas para permitir uma transição para um sistema energético renovável e democrático.

Nesta publicação, começaremos por desenvolver o conceito de um regime de democracia energética, a partir de experiências em países como a Alemanha e a Dinamarca. Embora ainda haja muito a fazer, estes países já percorreram caminhos ambiciosos para um futuro com energias renováveis. Uma nova forma de cooperação entre os cidadãos e os governos (locais) parece ser fundamental. Como se pode ler noutro documento que faz parte deste projeto, os cidadãos do Reino Unido têm investido em projetos de energias renováveis, enquanto os governos, na melhor das hipóteses, se ficaram pelas palavras quanto aos objetivos sustentáveis. De certa forma, a situação na Bélgica é comparável (embora diferente) à dos britânicos, com falta de projetos políticos ambiciosos a nível nacional, mas com cidadãos ativos a organizarem-se de forma positiva.

Em resumo, é evidente que precisamos de políticas diferentes e melhores, que permitam uma sinergia eficaz entre as autoridades públicas e o envolvimento civil: políticas que nos permitam concretizar um sistema de democracia energética e fazê-lo atempadamente.



Breve história da energia

As fontes energéticas sempre foram uma força motriz da mudança social e parte da estrutura tecnológica dominante das sociedades. A Revolução Industrial do século XIX levou a mudanças significativas, com o uso do carvão vegetal, o surgimento da máquina a vapor e a construção de fábricas e ferrovias. Como salienta Jeremy Rifkin, esta energia e tecnologia da mobilidade, juntamente com a tecnologia das comunicações (a máquina de impressão a vapor, o sistema telegráfico), formaram uma combinação decisiva e consistente que levou a uma profunda mudança social. As pessoas abandonaram as zonas rurais para viverem perto das fábricas, onde trabalhavam como operários (mal) pagos, originando uma urbanização acelerada e novos desafios sociais.

O século XX assistiu a uma nova revolução industrial, com o uso massivo do petróleo e do gás (e, mais tarde, do urânio), com o aparecimento do motor de combustão, com a introdução de automóveis e camiões e - como nova tecnologia de comunicação - com o telefone, que em breve seria seguido pela rádio e pela televisão. Isto permitiu uma ampla disponibilidade de bens e transportes e deu origem à sociedade de consumo.

A combinação de energia, transportes, produção e sistemas de comunicação constituiu a base das duas primeiras revoluções industriais. Olhando hoje para os desenvolvimentos nesses domínios, podemos ver emergir uma terceira revolução industrial, baseada na conexão de três redes: a rede das energias renováveis, a rede das comunicações, evidentemente - que também permite mais sistemas de produção locais, graças às TIC - e uma rede de transportes automatizada.

Esta perspetiva da mudança do paradigma comunicação-energia-mobilidade é muito promissora, uma vez que a terceira fase permite uma muito maior descentralização e, portanto, mudanças que favorecem a democratização. No entanto, não é certo que isto venha a acontecer, uma vez que as mesmas grandes empresas de energia tentam deter e controlar essas estruturas descentralizadas. Desta forma, uma abordagem puramente infraestrutural não explica o nível de democracia dos sistemas atuais ou futuros. Em vez disso, temos de considerar também o regime de governo, o possível papel dos cidadãos e a narrativa a ele ligada - o que significa que adotamos a perspetiva dos sistemas socio-técnicos.

Vejamos de forma breve, por exemplo, os desenvolvimentos do pós-guerra. Os Estados Unidos tentavam encontrar aplicações civis para a tecnologia nuclear, que tinham originalmente desenvolvido para fins militares, a fim de poderem exportá-la e comercializá-la. Assim, em 1953, o Presidente dos EUA, Eisenhower, fez o discurso “Átomos pela Paz”, partindo do princípio de que a energia nuclear seria gratuita. Mas, ao mesmo tempo, os cidadãos e os

cientistas começavam a preocupar-se. Na década de 1970, as grandes marchas de protesto contra o nuclear assinalaram o início das iniciativas de cidadãos em relação à energia renovável. Em vários países, como a Dinamarca e a Irlanda, os protestos impediram a construção de centrais nucleares. Noutros países, levaram à construção de menos centrais nucleares do que o previsto. Por exemplo, no pequeno país que é a Bélgica, o governo tinha planos para nada menos que 20 centrais nucleares.

Uma dimensão fundamental que tende a ser esquecida é que quando o movimento Verde protestou contra as centrais nucleares nos anos setenta, não foi apenas por causa dos riscos ecológicos da energia nuclear. Foi, ao mesmo tempo, a recusa de um sistema energético que era - por conceção - altamente centralizado e concebido do topo para a base. Dito de uma forma simples: as centrais nucleares têm de ser geridas como bases militares, enquanto as turbinas eólicas podem ser propriedade da comunidade. Assim, a crítica fazia parte de uma posição mais abrangente em relação às burocracias e indústrias autoritárias.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a política energética era uma questão de importância nacional, diretamente ligada à reconstrução de cada país e à reconstrução da sua economia. A maioria dos governos tinha um controlo firme sobre a política energética e, em muitos casos, a produção de energia estava nas mãos de empresas públicas nacionais ou municipais.

Esta situação alterou-se na segunda metade da década de 90, com a introdução de políticas neoliberais. Em virtude desta liberalização, a Europa abdicou dos instrumentos para planear e implementar democraticamente a forma como queremos gerar a nossa energia. Na forma de diretivas, a União Europeia introduziu orientações que exigem a liberalização dos chamados mercados energéticos. A mudança devia oferecer uma perspetiva de redução das faturas de energia dos cidadãos e a realização de investimentos em tecnologias do futuro. A amarga realidade, porém, é que a produção de eletricidade na Europa caiu nas mãos de empresas privadas e as faturas da energia nunca diminuíram. A partir daí, estas empresas privadas passaram a decidir a forma como a nossa eletricidade é gerada e que investimentos são feitos, com base exclusivamente nas suas previsões de lucro. As empresas passaram a fazer o que sabem fazer melhor: tentar competir entre si para aumentar ao máximo os seus lucros, gerar eletricidade utilizando os sistemas existentes, baseados em combustíveis fósseis e na energia nuclear, e ignorar o interesse geral. Contrariamente à promessa neoliberal, as grandes empresas de energia não investiram na transição para um sistema energético sustentável: a sua falta de visão impediu-as de seguir um rumo mais sustentável. Como reação, os cidadãos e os governos de alguns países começaram a fazê-lo no seu lugar¹.



Transição energética: A Dinamarca e a Alemanha assumem a liderança

A Dinamarca é conhecida pelas suas ambições no domínio da sustentabilidade. Até 2050, quer ser uma nação livre de combustíveis fósseis. A história de sucesso dinamarquesa não surgiu por acaso. Remonta à década de 70, quando a crise do petróleo colocou o país no caminho da energia eólica. Assim, os protestos contra a energia nuclear foram acompanhados por iniciativas positivas que estimularam o desenvolvimento de energias renováveis. Os governos tomaram as medidas necessárias para a construção de parques eólicos. As famílias beneficiaram de isenções fiscais para a produção da sua própria energia. Os cidadãos perceberam o que estava em causa e adquiriram, em grande escala, quotas em cooperativas de energias renováveis. Foi na Dinamarca que o modelo cooperativo de energia atingiu a maturidade e serviu de exemplo a outros países. A indústria dinamarquesa de energia eólica tornou-se a maior do mundo, com mais de um terço do mercado, fornecendo mais de 40% de toda a eletricidade e garantindo mais de 20.000 postos de trabalho. Combinando a energia eólica com outras fontes de energia renováveis, o país pretende contar com as energias renováveis para pelo menos metade das suas necessidades energéticas até 2030. Curiosamente, à medida que a energia eólica fornece uma percentagem cada vez maior do abastecimento de eletricidade dinamarquesa, o número de turbinas diminuiu, porque estas se tornaram maiores e mais eficientes.

A Alemanha também se voltou para as energias renováveis com a famosa *Energiewende*. Esta revolução energética não foi apenas um desenvolvimento de base cidadã, mas também o resultado de escolhas políticas conscientes por parte dos governos vermelhos-verdes entre 1998 e 2005. A introdução da tributação sobre as emissões de CO2 em 1999 estimulou o crescimento de uma economia verde e acelerou o desenvolvimento de fontes de energia alternativas, resultando na criação de dezenas de milhares de novos empregos no sector. Em conjunto com a Lei da Energia, que entrou em vigor um ano depois e introduziu contratos a longo prazo, com tarifas de aquisição fixas para projetos de eletricidade renovável colocados na rede de distribuição, seguiu-se um incrível aumento de projetos de energias renováveis e as tarifas de aquisição tornaram-se o modelo a nível mundial. Enquanto as grandes companhias de energia mantiveram as suas formas de atuação tradicionais, inúmeras iniciativas de cidadãos, não só nas cidades mas também em localidades rurais, criaram estruturas de produção de energias renováveis. Atualmente, mais de um terço da produção de energia vem de fontes renováveis e mais de um terço das instalações são propriedade dos cidadãos e das suas cooperativas. O sector emprega mais de 400.000 pessoas.

Isto mostra que a *Energiewende* não é apenas um sucesso das políticas governamentais ou um milagre conseguido exclusivamente pela ação dos cidadãos. É o resultado da cooperação público-civil em que os governos, no seu novo papel de Estado Parceiro, desenvolvem mecanismos que permitem as iniciativas dos cidadãos. Tal como é definido por autores como Michel Bauwens e Dirk Holemans, que introduziram o conceito, um Estado Parceiro é um estado que estabelece parcerias com a sociedade civil ou com grupos de cidadãos com vista ao bem-estar geral da economia e da população². Ao mesmo tempo, trata-se de mudar as relações de poder e as lutas sociais. Como o modelo de negócios das empresas tradicionais de energia ficou sob pressão por causa da *Energiewende*, essas empresas organizaram-se à escala europeia e pressionaram a Comissão Europeia. Em 2013, conseguiram que o modelo de tarifas de aquisição mudasse para propostas comerciais de mercado, o que é muito mais adequado para as empresas privadas do que para as cooperativas de cidadãos.³ Mas, naturalmente, a luta pelo poder não acabou.

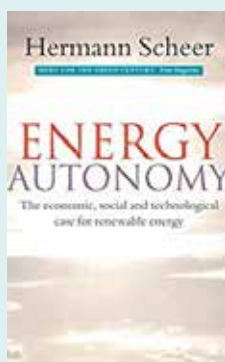
Atualmente já existem mais de 2400 cooperativas de energias renováveis em toda a Europa, reunindo mais de um milhão de cidadãos empenhados⁴. Esta evolução não tem a ver apenas com a passagem dos combustíveis fósseis e da energia nuclear para as energias renováveis; tem também a ver com poder e propriedade, com o facto de os cidadãos fazerem ouvir a sua voz e não serem deixados ao abandono. Não se trata apenas do fruto da ação de cidadãos corajosos, mas também de políticos responsáveis, que desenvolvem políticas participativas e regulam os mercados da energia de tal forma que as grandes empresas já não os podem dominar.





O que aconteceu desde o pós-guerra até ao presente pode ser resumido, de forma simbólica, por dois livros muito importantes.

Em 1977, o autor austríaco Robert Jungk publicou “*Der Atom-Staat: Vom Fortschritt in die Unmenschlichkeit*”, que foi número um na lista dos best-sellers alemães de não-ficção. Segundo Jungk, a construção de centrais nucleares é tão perigosa que obriga os governos e a indústria a tomarem medidas de segurança excessivas e tirânicas, afetando muitas vezes a liberdade e os direitos individuais dos cidadãos e, mesmo assim, essas medidas não neutralizam todos os riscos envolvidos. O livro foi traduzido em 1979 com o título esclarecedor “*The New Tyranny: How Nuclear Power Enslaves Us*”. Jungk era a favor do desenvolvimento de tecnologias alternativas que não oprimem, como a produção de energia a partir do vento e do gás metano produzido por resíduos. Acrescentou que todas estas técnicas amigas do ambiente ainda estavam no início.



É impressionante o tempo que perdemos - décadas – até passarmos a utilizar estas tecnologias alternativas em larga escala. Quase trinta anos depois, em 2006, o político alemão Hermann Scheer publicou outro livro que captou muito bem o espírito da época - “*Energy Autonomy: The Economic, Social and Technological Case for Renewable Energy*” foi número um no ranking do jornal *Die Zeit* e considerado “a mais importante nova obra de não-ficção”. Este livro, muito mais positivo, pretendia apresentar uma solução para o nosso vício em relação aos combustíveis fósseis. Para Scheer, a solução era fazer a transição para fontes de energia renováveis e para a produção descentralizada e repartida de energia. Três décadas depois de Jungk, o autor consegue demonstrar que este é um modelo que funciona: tecnologicamente, comercialmente e politicamente.

A democracia energética e os seus benefícios

Durante demasiado tempo, o debate sobre energia - os seus problemas e soluções - tem sido dominado por questões tecnológicas (os automóveis elétricos) e económicas (a rentabilidade). Além disso, as respostas às preocupações ambientais são, por vezes, reduzidas a soluções tecnológicas e de mercado que permitam a redução das emissões de carbono. Assim, as grandes questões políticas e sociais relativas ao sistema sócio-tecnológico foram, há muito tempo, postas de lado.

Se reiniciarmos a discussão tomando o ponto de vista da democracia e da equidade, surgem novas questões em primeiro plano. Como é que queremos regular este sistema? Quem deve dirigir e obter apoios para construir o novo sistema energético? Quem beneficia e quem perde com a transição energética? Que medidas servem o interesse público e que medidas não servem?

Se pretendemos uma transição justa, é crucial que abordemos as metas e as preocupações sociais e ecológicas de uma forma integrada.

Isto torna-se claro no debate sobre a pobreza energética, que é uma realidade crua para milhões de pessoas. A par de um mercado imobiliário deficiente e de medidas de austeridade que afetam os salários e as prestações sociais, a liberalização do mercado da energia levou ao aumento das contas e à queda dos rendimentos de grupos importantes da população, que são obrigados a viver em casas mal isoladas. Devido a esta evolução prejudicial, cada vez mais pessoas veem ser-lhes negado o acesso aos níveis básicos de energia necessários para uma vida digna⁵. Mas a resposta não é - como argumentam alguns membros da velha Esquerda - baixar os preços da energia. Pelo contrário, precisamos, ao mesmo tempo, de energia cara e economicamente acessível. Não é um paradoxo, desde que façamos os investimentos certos. Porque se isolarmos termicamente todas as casas (com prioridade



para a habitação social), se oferecermos transportes públicos económicos e de qualidade como alternativa aos automóveis, etc., as pessoas podem ter uma vida digna com menos necessidade e custos energéticos

A participação ativa dos cidadãos

A transição para um sistema energético sócio-ecológico e, conseqüentemente, democrático, já não pode ser abordada sem se considerar a participação ativa dos cidadãos. Para além da necessidade de co-criação ao nível das políticas, o reconhecimento do papel crucial das cooperativas de energia é fundamental. Já não estamos a falar de iniciativas locais em apenas alguns países. Em 2013, as cooperativas de energia uniram forças para formar a REScoop.eu: uma federação de grupos de cidadãos e cooperativas dedicadas às energias renováveis. O ponto de partida para a federação é a ideia de que as fontes naturais de energia, como o vento e o sol, são um bem comum: essas fontes não são propriedade privada e devem, por isso, ser acessíveis a todos. Portanto, a sua exploração não deve ser privatizada, mas, tanto quanto possível, beneficiar a comunidade.

A importância destas cooperativas não reside apenas no facto de os cidadãos serem coproprietários. Ao reunir a produção e o consumo, os cidadãos participam nas decisões de investimento e colhem os benefícios. Estando mais envolvidos, são também mais orientados para os valores do que para os lucros. É por isso que essas cooperativas decidem, muitas vezes, reinvestir partes substanciais das suas receitas em causas sociais e ambientais e na economia local. Tal como nos novos desenvolvimentos na agricultura sustentável, o que está aqui em causa é reduzir a cadeia entre o produtor e o consumidor: neste caso, entre a produção de energia pela sua cooperativa e as suas tomadas de energia em casa. Graças a uma cadeia tão curta, aumenta-se o envolvimento dos cidadãos. Estes últimos estarão ativamente relacionados com objetivos sociais, como uma infraestrutura energética sustentável, no quadro de uma política climática decisiva. Por exemplo, uma cooperativa de energias renováveis também vai ajudar os seus membros a consumir menos energia - o que dificilmente se poderá esperar de uma empresa privada.

A este respeito, estão já a registar-se desenvolvimentos positivos a nível das cidades e das organizações transnacionais como as Energy Cities e o Transnational Institute (TNI).

Se o novo sistema energético for cada vez mais construído por cooperativas de energia, isso significa, ao mesmo tempo, que a economia se torna mais regionalizada: o governo local obtém maiores receitas do trabalho, impostos, juros sobre empréstimos e dividendos das cooperativas, e pode reinvestir essas receitas, em vez de permitir que

as empresas privadas fiquem com os lucros⁶. A justiça ecológica e a inovação social estão intimamente ligadas.

Esta ênfase nas iniciativas dos cidadãos não deve, no entanto, ser interpretada como um apelo a menos serviços estatais ou públicos. É, em vez disso, um apelo ardente por outro tipo de Estado, um Estado parceiro, que apoia ativamente as iniciativas dos cidadãos, enquanto define metas ousadas para um futuro sustentável. É nesta perspetiva que consideramos o aumento encorajador do número de autoridades locais e regionais que estão a expandir o seu papel: já não se limitam a agir como autoridades responsáveis pelo planeamento, mas tornam-se parceiros operacionais e forças motrizes da transição energética local. No entanto, o regresso ao controlo municipal não garante um modelo substancialmente diferente do da privatização (ou das políticas nacionais energéticas do pós-guerra). A colaboração com os cidadãos é fundamental.

O futuro modelo em construção

Os cidadãos que tomam iniciativas de forma autónoma constituem o primeiro subsistema do futuro modelo que irá conduzir a um sistema energético sustentável. Mas as suas ações, por si só, não são suficientes; é importante que as dinâmicas de autorreforço e aceleração sejam desencadeadas pela interação entre as iniciativas destes cidadãos e três outras componentes. A primeira componente é o Estado Parceiro, que oferece um quadro que apoia e estimula estas iniciativas a diferentes níveis, do urbano ao (supra)nacional. As tarifas de aquisição alemãs são um bom exemplo. Ao mesmo tempo, são necessários enormes investimentos para ligar parques eólicos e regiões. Isto permite o transporte de excedentes de energia para locais com falta de eletricidade. O segundo subsistema é o das parcerias público-privadas: as cidades e as vilas têm a capacidade de reforçar o arranque de novas cooperativas e de facilitar a instalação de novas turbinas eólicas. A sua cooperação contribui igualmente para convencer os bancos éticos a aderir a estes projetos. O último subsistema é um sistema fiscal adequado: o sistema só funciona com preços de energia elevados, obtidos através de um imposto sobre a energia. Esta é uma questão crucial: este imposto sobre a energia faz parte do novo contrato social do século XXI. No século XX, introduzimos uma contribuição para a segurança social, a fim de construir o Estado-Providência. No nosso século, é tempo de uma contribuição para a “segurança ecológica” com vista ao investimento numa sociedade mais sustentável. Ao mesmo tempo, mais medidas de eficiência energética farão diminuir a procura de eletricidade. A par com as políticas sociais, isto garante que a energia seja acessível a todos, ainda que dispendiosa. A última medida é necessária, porque a energia barata conduz a um consumo estúpido.



Com estes subsistemas, podemos chegar a um novo regime de democracia das energias renováveis, baseado em quatro princípios:

1. 100 % de energias renováveis com o sol, o vento e a água como bens comuns;
2. Justiça ecológica: todos têm acesso à energia, embora os preços sejam elevados;
3. Democratização: gestão público-privada da produção e distribuição de energia;
4. Consumo de energia dentro dos limites: diminuição da procura de energia.

Por outras palavras, estamos a falar de um sector energético que funciona com energias renováveis, é cogerido do ponto de vista da justiça ecológica e está centrado no interesse geral⁷. Estes princípios estão em consonância com os cinco elementos fundamentais propostos pelas

Energy Cities, a rede europeia de cidades em transição energética: propriedade energética local (autoridades locais e cidadãos), municipalização (controlo municipal da gestão da energia), descentralização (transferência de competências do governo nacional), projetos comunitários (cidadãos - projetos de energias renováveis) e gestão participada (democracia direta, influência dos cidadãos)⁸.

No entanto, parece pouco provável que a transição para a democracia energética possa ter lugar apenas à escala local ou municipal. Há necessidade de coordenação e cooperação em grande escala. Para além dos Estados, as novas redes emergentes, como a Energy Cities e a TNI, podem facilitar este processo.

A este respeito, os países da UE estão a avançar a velocidades diferentes. Mas, com o pacote “Energia Limpa Para Todos os Europeus” publicado recentemente, a Comissão Europeia está a tentar orientar todos na mesma direção.

A política energética europeia

Em novembro de 2016, no âmbito do pacote “Energia limpa para Todos os Europeus”, a Comissão Europeia apresentou uma série de medidas mais avançadas para tornar o sector energético europeu mais seguro, mais orientado para o mercado e mais sustentável, com a participação ativa e central dos seus cidadãos.

A transição para as energias limpas está a mudar os mercados mundiais de energia e, de acordo com a Comissão, se a UE pretende liderar esta transição, deve não só comprometer-se a reduzir as emissões de CO₂ em 40% até 2030 (um objetivo que foi aumentado para 45% em outubro de 2018), mas também modernizar a economia e criar emprego e crescimento para todos os cidadãos europeus.

Segundo a Comissão, os consumidores terão uma melhor escolha de fornecedores, bem como a possibilidade de produzir e vender a sua própria eletricidade. Maior transparência e melhor regulamentação criarão mais oportunidades para que a sociedade civil se envolva mais ativamente no sistema energético e responda aos indicadores de preços. O pacote contém igualmente uma série de medidas destinadas a proteger os consumidores mais vulneráveis⁹.

Todas as medidas estão agrupadas em 8 textos legislativos: a Diretiva do Desempenho Energético dos Edifí-

cios, a Diretiva das Energias Renováveis, a Diretiva da Eficiência Energética, a Regulamentação de Governança, a Diretiva da Eletricidade, a Regulamentação da Eletricidade, a Regulamentação de Preparação para os Riscos e as Regras para a entidade reguladora ACER.

A 18 de dezembro de 2018, o Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a um acordo político quanto à Diretiva da Eletricidade e sobre a Regulamentação da Eletricidade.

Com este acordo, as partes finais do pacote legislativo da UE sobre “Energia Limpa para Todos os Europeus” estão agora prontas e devem ser aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através dos respetivos procedimentos. Quando a legislação entrar em vigor, os Estados Membros iniciarão a tarefa de transpor as novas regras para a legislação nacional¹⁰.

O pacote “Energia Limpa para Todos os Europeus” estabelece novos objetivos, que deverão conduzir a uma redução de 45% das emissões em toda a UE até 2030, em comparação com 1990, e visa alcançar zero emissões de gases com efeito de estufa até 2050, através de uma transição socialmente justa e de forma rentável e eficiente.



Implementação do Acordo de Paris

A UE desempenha um papel crucial na operacionalização do Acordo de Paris. No entanto, serão necessários esforços ainda maiores, uma vez que o relatório das Nações Unidas de outubro de 2018 sobre as alterações climáticas mostrou que as medidas do acordo são ainda insuficientes¹¹.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP24) em Katowice, na Polónia, terminou em Dezembro com a adoção de um manual de regras claro para que o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas seja posto em prática em todo o mundo. A conclusão da regulamentação era o principal objetivo da UE para estas negociações. O manual de Paris permitirá às Partes do Acordo de Paris aplicarem, acompanharem e reforçarem progressivamente as suas contribuições para a luta contra as alterações climáticas, a fim de cumprirem os objetivos do Acordo a longo prazo. A contribuição nacionalmente determinada da UE (CND) ao abrigo do Acordo de Paris consiste em reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em, pelo menos, 45% até 2030, em comparação com 1990, no âmbito do seu quadro climático e energético mais alargado.

Esta transição será mais difícil para algumas regiões do que para outras - nomeadamente para as regiões em que a economia assenta na produção de carvão. A transição para uma energia limpa é uma transição para todos os europeus e os seus impactos socioeconómicos devem ser cuidadosamente geridos¹².

As ambições da UE vão para além de 2030. Em novembro de 2018, a Comissão apresentou uma visão estratégica promissora a longo prazo para uma economia europeia próspera, moderna, competitiva e neutra em termos climáticos até 2050. Será dado o arranque a um debate à escala da UE, que deverá permitir a adoção de uma estratégia a longo prazo a apresentar à UNFCCC (Convenção Quadro das ONU sobre Alterações Climáticas) até 2020. A visão da Comissão para um futuro neutro em termos climáticos abrange quase todas as políticas da UE e está em linha com o objetivo do Acordo de Paris de manter o aumento da temperatura global bastante abaixo dos 2°C e prosseguir os esforços para o manter a 1,5°C¹³.

Em suma, o pacote “Energia Limpa para Todos os Europeus” exige uma ação conjunta em sete domínios estratégicos¹⁴.

- 1.** Maximizar os benefícios da eficiência energética, incluindo edifícios com emissões zero. Taxas de renovação mais elevadas, instrumentos financeiros adequados para colmatar as atuais deficiências do mercado, mão-de-obra suficiente com as competências adequadas e preços acessíveis para todos os cidadãos são de importância crucial. O envolvimento dos consumidores é fundamental.
- 2.** Maximizar a utilização das energias renováveis e a utilização da eletricidade para descarbonizar totalmente o fornecimento de energia da Europa. Melhorar a segurança do fornecimento e promover a empregabilidade doméstica. Prever uma quota de energia nuclear de aproximadamente 15%.
- 3.** Adotar uma mobilidade limpa, segura e conectada. A internalização dos custos externos dos transportes é um pré-requisito para fazer as escolhas mais eficientes em termos de tecnologia e meios de transporte.

4. A competitividade da indústria da UE e a economia circular devem ser fundamentais para permitir uma redução das emissões de gases com efeito de estufa. Recuperação e reciclagem de matérias-primas. Digitalização e automação.

5. Desenvolver uma infraestrutura de rede inteligente adequada e interconexões para garantir a perfeita interligação dos sectores e reforçar a cooperação regional.

6. Tirar pleno partido dos benefícios da bioeconomia e criar sumidouros de carbono essenciais. Implantar a digitalização e as tecnologias inteligentes para a agricultura de precisão, a fim de otimizar o uso de fertilizantes e de produtos fitossanitários.

7. Reduzir as restantes emissões de CO2 com a captação e armazenamento de carbono.

De acordo com a Comissão, são também necessários investimentos adicionais consideráveis. No entanto, certas opções, como a transição rápida para uma economia circular e as mudanças comportamentais, têm potencial para reduzir a necessidade de investimentos adicionais. Ao mesmo tempo, é possível poupar custos de saúde significativos.

Segundo a Comissão, o sector financeiro tem um papel fundamental a desempenhar no apoio à transição para zero emissões, uma vez que pode redirecionar os fluxos de capitais e os investimentos. A tributação ambiental, os sistemas de preços do carbono e a revisão das estruturas de subvenção deveriam desempenhar um papel importante na orientação desta transição: o poluidor-pagador.

A UE está prestes a estabelecer uma norma sem precedentes, ao formalizar o papel dos cidadãos e das comunidades na transição energética da Europa. E com toda a legitimidade.



De acordo com o último Eurobarómetro especial (Novembro de 2018), 93% dos europeus consideram que as alterações climáticas são causadas pela atividade humana e 85% concordam que o combate às alterações climáticas e uma utilização mais eficiente da energia podem gerar crescimento económico e empregos na Europa. Os cidadãos da UE conferem, assim, um mandato forte à Comissão para promover medidas ambiciosas.

A Comissão prossegue o seu discurso garantindo que, não obstante a descarbonização, a economia da UE mais do que duplicará até 2050 em comparação com 1990. São necessários mais empregos verdes nos sectores da construção, da agricultura, da silvicultura e das energias renováveis.

O apoio a uma transição justa será prestado no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com os seus sistemas de proteção social adequados, a educação inclusiva, a formação e a aprendizagem ao longo da vida. Os clientes vulneráveis beneficiarão de tarifas de energia reguladas, mas estas tarifas podem distorcer os sinais do mercado e reduzir a eficácia das políticas de eficiência energética ou dificultar a utilização de tecnologias como os contadores inteligentes. Portanto, as questões sociais terão, em geral, uma abordagem melhor através da política social e dos sistemas de proteção social, cujo financiamento poderá beneficiar de transferências de impostos e da reciclagem de receitas.

Um olhar crítico sobre o pacote “Energia Limpa para Todos os Europeus”

Embora as diretivas e regulamentos recentemente adotados constituam um grande passo na direção certa, a legislação ainda é demasiado orientada para o contexto do atual modelo industrial.

1. Ambição europeia

Em primeiro lugar, é importante salientar que o relatório das Nações Unidas de Outubro de 2018 sobre as alterações climáticas mostrou que os objetivos do Acordo de Paris sobre o Clima são insuficientes para manter o aumento da temperatura global abaixo dos 2°C, muito menos abaixo dos 1,5°C. Precisamos de objetivos mais ambiciosos e não podemos esperar até 2030 por ações mais ambiciosas.

2. Comunidades energéticas

Segundo a REScoop, até 2050, quase metade de todos os agregados familiares da UE poderão estar envolvidos na produção de energia renovável e, desses, cerca de 37% poderão vir a fazer parte de uma comunidade energética. Nas suas novas diretivas sobre energia, a Comissão Europeia apoia esta perspetiva, ao prever uma participação mais ativa e central dos cidadãos. No entanto, são necessárias definições mais claras e regras de governação mais rigorosas para as comunidades energéticas de cidadãos,

a fim de evitar interferências por parte de empresas de maior dimensão, que podem levar a um controlo indireto.

3. Status quo agrícola?

Em vez de prosseguir uma política agrícola global mais sustentável, o pacote centra-se apenas na agropecuária de precisão com o objetivo de otimizar o uso de fertilizantes e pesticidas. O nosso atual sistema agrícola depende de uma utilização maciça de combustíveis fósseis, fertilizantes e pesticidas artificiais. A fim de garantir uma agricultura realmente sustentável, temos de ir além da agricultura de precisão e temos de lutar pela chamada agroecologia. Este termo refere-se à teoria e à prática de uma série de técnicas que reduzem a necessidade de elementos externos (como fertilizantes e pesticidas), bem como de uma multiplicidade de resultados indesejados (como poluição e alterações climáticas). Em vez disso, a agroecologia tenta reestimular a interação entre árvores, plantas e animais através da gestão do solo, da gestão sustentável dos ecossistemas e da biodiversidade, da plantação de árvores (para armazenamento de carbono, para gestão de sombra, ...), etc¹⁵.

4. Nuclear ou sustentável?

A nova Diretiva sobre a eletricidade mantém uma quota de energia nuclear de aproximadamente 15% após 2050. Este valor representa ainda metade da quota-parte da energia nuclear atualmente produzida na UE¹⁶. Isto levanta questões relativamente aos investimentos financeiros, à gestão da energia, à responsabilidade nuclear e à justiça social no que diz respeito às gerações futuras. Em primeiro lugar, para além do risco global de segurança, várias centrais nucleares atuais estão desatualizadas e precisam de grandes investimentos para se manterem operacionais. Os contribuintes devem/querem cobrir um montante substancial deste investimento e, em caso afirmativo, o que recebem em troca? Em segundo lugar, ao contrário dos sistemas de energia renovável (mais baratos), a construção de centrais nucleares é extremamente dispendiosa. Coincidentemente ou não, a empresa de tecnologia Hitachi anunciou em janeiro deste ano que irá suspender seu novo projeto de centrais nucleares no Reino Unido. A decisão foi tomada do ponto de vista da racionalidade económica da Hitachi como empresa privada¹⁷. Em terceiro lugar, a gestão das centrais nucleares é altamente centralizada e antidemocrática. Como pode a UE ser simultaneamente defensora da energia nuclear e da autonomia e participação dos cidadãos? Por último, mas não menos importante, as questões relativas aos resíduos nucleares continuam sem resposta. Como pode ser moralmente justificável sobrecarregar as gerações futuras com problemas para os quais não temos respostas? E quem assumirá a responsabilidade quando a segurança pública for posta em causa?

De acordo com um estudo do *Energy Watch Group*, 100% das energias renováveis em toda a Europa seriam mais eficazes em termos de custos do que o atual sistema energético e levariam a zero emissões antes de 2050¹⁸.



As cooperativas de cidadãos podem desempenhar um papel importante nesta transição.

Portanto, é urgente avançar para comunidades energéticas que permitam aos cidadãos participar coletivamente na transição energética através de uma estrutura cujo principal objetivo, propriedade e governação sejam distintos dos tradicionais agentes do mercado¹⁹. Não precisamos de energia nuclear.

5. Descarbonização da economia

A Comissão prevê que a economia da UE mais do que duplicará até 2050, em comparação com 1990, mesmo que seja totalmente descarbonizada. Mas o crescimento económico está tradicionalmente associado a uma maior utilização da energia e dos recursos. Como relacionar, então, a duplicação da dimensão da economia com a

necessária transição para uma economia com zero emissões líquidas? Com efeito, vamos exigir mais empregos verdes nos sectores da construção, da agricultura e da silvicultura e nos sectores das energias renováveis, mas temos também de repensar a economia em si mesma. Os limites de recursos e de CO2 tornam insustentável um maior crescimento da economia e exigem uma dissociação entre o crescimento económico (PIB) e o aumento dos impactos ambientais²⁰. Uma condição prévia absoluta para esta dissociação é a redução da procura: de energia, de transportes e de bens (através da prossecução da chamada “política de suficiência”). Para ir além do crescimento, temos de partilhar riqueza, partilhar trabalho, redirecionar os lucros financeiros para o investimento na economia real, reduzir a escala global de produção e consumo e experimentar alternativas locais. A economia precisa de ser relançada na sociedade, num contexto de sustentabilidade e equidade²¹.

O caminho para a democracia energética na Bélgica

Breve história

A paisagem energética belga tem uma história notável. Depois de fornecer urânio para as primeiras bombas nucleares através de sua antiga colónia do Congo Belga, a Bélgica teve acesso antecipado à tecnologia nuclear dos Estados Unidos, tornando assim a utilização da energia nuclear um passo lógico para o governo belga da época.

Em 1966, após o discurso “Átomos pela Paz” do presidente Eisenhower, o governo belga decidiu unilateralmente encomendar sete reatores nucleares. A Bélgica viu na energia nuclear uma excelente oportunidade para se tornar um país economicamente independente no domínio da energia; a ambição nuclear era significativa e totalmente centralizada.

Não houve qualquer processo democrático. O parlamento nunca aprovou o uso de centrais nucleares, o debate público esteve ausente e o protesto organizado dos cidadãos não estava (ainda) na agenda. Foi apenas no início dos anos 70, quando os locais para a instalação das primeiras centrais nucleares belgas foram escolhidos, que surgiram os grandes protestos. Até então, o governo não tinha levado o interesse público a sério. A zona de evacuação padrão dos EUA, de dez milhas (ou 16 quilómetros), em torno de uma central nuclear, foi reduzida, na Bélgica, para apenas dez quilómetros. Isto explica a existência de quatro reatores na aldeia de Doel, a apenas 11 quilómetros do centro de Antuérpia²².

Além disso, foi dada muito pouca atenção ao problema dos resíduos nucleares. A legislação a este respeito era mínima - para já não falar de uma regulamentação governamental adequada. As empresas privadas detinham o controlo.

Por outro lado, pelo menos 36 empresas privadas de electricidade reagruparam-se até existirem apenas três empresas em 1976.

O fornecimento de energia belga no período do pós-guerra também foi dominado pelo petróleo e pelo gás barato do Médio Oriente. O sonho da energia quase gratuita desapareceu quando, em 1973, os países árabes produtores de petróleo aumentaram o preço em setenta por cento e reduziram a sua oferta. Em 1979 houve uma nova crise do petróleo. O preço do barril de crude atingiu subitamente um pico acima dos 100 dólares e a fatura energética das famílias e das empresas belgas aumentou consideravelmente. Em resposta, o governo adotou medidas para aumentar a eficiência energética, mas não conseguiu intervir no mercado. Como consequência, a diminuição do consumo de energia, devido ao aumento da eficiência energética, fez com que os preços da energia caíssem drasticamente, o que resultou em “consumo absurdo”, anulando assim todas as medidas de poupança de energia. As receitas foram gastas em mais consumo, em vez de serem gastas em energias renováveis. Em meados da década de 80, após a liberalização do mercado, as três últimas empresas de electricidade fundiram-se para formar a Electrabel, que em 1990 adquiriu um quase-monopólio, representando quase 94% da produção belga²³.



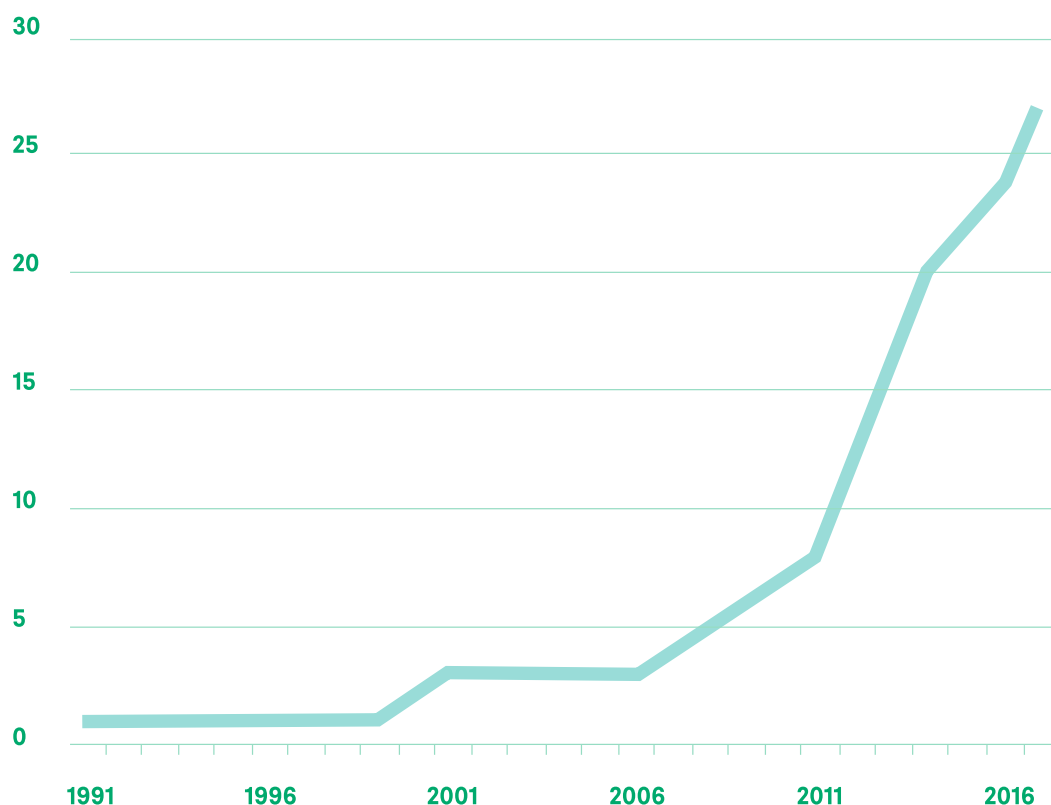


Figura 1: Cooperativas de energias renováveis na Bélgica

Entretanto, um grupo de cidadãos empenhados estava a ficar cansado de ser vítima do fracasso da política energética e dos gigantes da energia orientados para o lucro. Em 1991, organizam-se na primeira cooperativa de energia do país, a Ecopower, por mais energia verde e mais democracia energética. Estes pioneiros tiveram de ultrapassar muitas barreiras como, por exemplo, o direito de colocar a sua eletricidade verde na rede.

A situação atual da democracia energética na Bélgica

Os estudos da Oikos²⁴ mostram que, desde o início deste século e em vários domínios, os cidadãos têm vindo a organizar-se mais frequentemente em torno dos chamados “bens comuns”. Esta nova tendência foi uma reação ao fracasso do mercado e do Estado em oferecer uma sociedade sustentável e tornou-se mais forte com a crise financeira de 2007: além da agricultura urbana, de projetos de coabitação e de iniciativas como a partilha de carros, houve também um grande aumento na criação de cooperativas de energia lideradas por cidadãos. Em 2017, a Oikos identificou na Bélgica 27 cooperativas de cidadãos para a energia renovável e este número continua a crescer.

O poder destas cooperativas para mobilizar pessoas e dinheiro é, muitas vezes, surpreendente. Em 2017, por exemplo, a Beauvent conseguiu angariar 1,5 milhões de euros de 650 cidadãos-acionistas locais em apenas 12 horas. Com o dinheiro dos cidadãos, a cooperativa vai instalar uma rede

de aquecimento na cidade de Ostend, rever todo o sistema de abastecimento de energia de uma casa de repouso local e instalar painéis solares em edifícios públicos no município de Kuurne. A angariação de capital, com uma rapidez sem precedentes, mostra que os cidadãos querem investir em energia renovável e sustentável através de cooperativas de cidadãos, mesmo que essas iniciativas continuem limitadas face ao imenso desafio representado pela transformação do nosso sistema energético num sistema totalmente sustentável até 2050.

A Ecopower, a maior cooperativa de energias renováveis da Bélgica, que, além de ser produtora de energia, é também fornecedora de energia cooperativa sustentável na Flandres, tem uma quota de mercado de apenas 1,49% dos consumidores domésticos de eletricidade. Olhando para a potência total produzida pelas turbinas eólicas da Flandres, a Ecopower representa apenas 3% desta capacidade. As turbinas eólicas da Flandres detidas por cooperativas de cidadãos representam apenas 4%, comparativamente aos 96% que estão nas mãos de multinacionais de energia ou de promotores de projetos com um elevado risco de aquisição.

A COCITER, a cooperativa de cúpula da REScoop, na Valónia (a região francófona da Bélgica), responsável pelo fornecimento da respetiva eletricidade, tem capacidade para abastecer mais de 14 000 famílias. No entanto, atualmente abastece apenas 2400 clientes. Em suma, as cooperativas de energia dispõem ainda de uma margem de crescimento considerável²⁵.



Se considerarmos a teoria da transição como ponto de partida, podemos ver que as cooperativas de energias renováveis na Bélgica estão ainda numa fase de arranque: as experiências pioneiras ficaram para trás, as cooperativas estão a conjugar forças para descolar, e as empresas tradicionais estão sob a pressão dos municípios, que exigem um mínimo de participação dos cidadãos em novos projetos energéticos ou programas de financiamento europeus, como o Horizon 2020, que apoiou a cooperativa energética Courant d’Air na região francófona da Bélgica.

No entanto, apesar do seu impacto limitado, o estudo da Oikos sobre os coletivos de cidadãos mostra que estas iniciativas cumprem alguns papéis cruciais, como inovação e experimentação, desenvolvimento e disseminação de conhecimento, mobilização de recursos humanos e financeiros, construção de legitimidade, suporte e conectividade. Na cidade de Gent, a cooperativa de energia EnerGent tem trabalhado numa rede ampla e diversificada desde a sua criação. A EnerGent surgiu de uma rede local constituída por agentes de todos os tipos de domínios e organizações. Ajudaram a cooperativa a gerar apoios, a difundir as suas ideias e a aumentar significativamente a consciencialização para os seus projetos. Esta rede acabou por dar origem a um conselho consultivo variado e pluralista, que apoia a cooperativa - um modelo que pode ser interessante para outras cooperativas de energias renováveis. A colaboração entre estas diferentes cooperativas é crucial para dar às empresas em fase de arranque um impulso na direção certa, a fim de as envolver em novos projetos e para fomentar oportunidades. Desta forma, a partir de um nicho de mercado pode emergir e crescer uma ampla rede de

cooperativas de energia, dando lugar a uma alternativa mais desenvolvida.

Mas o que é necessário, para que essas cooperativas ultrapassem a fase de arranque e se tornem mais fortes?

Construindo Parcerias Público-Civis

Os diferentes governos locais e regionais já estão a apoiar, em maior ou menor grau, as cooperativas de energias renováveis.

O governo da região francófona da Bélgica apresentou um quadro político que permite aos municípios da Valónia exigir 24,99% de propriedade para os cidadãos e 24,99% de propriedade para os municípios, como condição para os promotores de projetos privados construírem novas turbinas eólicas. O quadro de referência nunca foi promulgado e, portanto, não tem força legal. Mas, ao que parece, é socialmente vinculativo se um governo local o exigir e assumir uma posição firme.

Também a nível local, vemos cada vez mais municípios a ancorar projetos de energia sustentável nas suas políticas. A Cidade de Eeklo, na Flandres Oriental, desempenhou um papel pioneiro quando decidiu incluir a participação dos cidadãos como um dos seus critérios nos contratos públicos para projetos eólicos. Isto permitiu à Ecopower construir a sua primeira turbina eólica no início de 2000, apesar de não ter experiência com projetos desta dimensão.

Um modelo de apoio generalizado

Na Bélgica, a instalação de projetos locais de energia eólica encontra muitas vezes resistência por parte dos cidadãos locais. Uma exceção notável é a cidade de Eeklo, em colaboração com a Ecopower. Criou um modelo de apoio generalizado baseado na copropriedade, através de informação e comunicação. A cidade de Eeklo considera o vento como um bem comum e preocupa-se com uma repartição equilibrada das regalías e dos encargos. Prevê um contributo de 50% de participação direta dos cidadãos e do governo local, e uma produção de 10.000 euros por ano por turbina para a cidade e o seu ambiente. Esta realocação permite a injeção de 65 milhões de euros, ao longo de um período de 20 anos e sem subsídios adicionais, numa das zonas da Flandres Oriental mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico - uma forma poderosa de impulsionar a economia local.

Em Eeklo, haverá em breve 22 turbinas eólicas e uma rede de aquecimento para um total de 20.000 habitantes, muitos dos quais também financiaram estes projetos como acionistas. Um dos acionistas chegou mesmo a desbastar a árvore do seu jardim para poder ver o “seu” aerogerador da janela da cozinha²⁶.

Em 2017, os municípios de Kurne e Sint-Pieters-Woluwe incluíram um critério de participação dos cidadãos em projetos solares e Laarne aprovou uma resolução municipal, abrindo os projetos de energia renovável à participação de até 50% dos cidadãos e do governo. No outono de 2017, a Câmara de Lovaina aprovou um memorando de entendimento, visando uma participação direta mínima de 50% dos cidadãos e do governo local. Posteriormente, foram também aprovadas propostas semelhantes para a participação dos cidadãos em projetos de energia noutros municípios.

Na Valónia, os municípios de Amel e Büllingen selecionaram duas cooperativas de energia (Courant d’Air e Ecopower) para desenvolverem um parque eólico que é 100% propriedade dos municípios e das duas cooperativas.

A Courant d’Air e a Ecopower preveem uma participação de até 60% dos municípios no funcionamento do parque (em função dos desejos e das capacidades financeiras dos municípios). Os cidadãos, por outro lado, poderão investir em, pelo menos, 40% do parque através da Courant d’Air e da Ecopower.



Outros municípios da Valónia, como Villers-le-Bouillet, Modave e em breve também Lierneux, estão na base da criação de cooperativas controladas pela comunidade.

O município de Villers-le-Bouillet iniciou uma parceria público-privada para a realização de um projeto no campo da energia eólica cidadã. O município levou a cabo uma vasta e diversificada campanha de informação dirigida a todas as partes envolvidas – através de publicações no boletim informativo municipal, de artigos de imprensa, de mensagens por correio, de apresentações para os vários serviços municipais, do Conselho Consultivo de Cidadãos Séniores e do Comité Consultivo Municipal de Planeamento e Mobilidade - e promovendo encontros abertos aos cidadãos para os incentivar a participar financeiramente no projeto.

No município de Modave, mais particularmente no distrito de Les Trinitaires, surgiram 5 novas turbinas eólicas. Quatro turbinas são operadas pela Wind4Wallonia, uma parceria entre 5 empresas intermunicipais da Valónia e a Engie Electrabel. A quinta turbina é operada pela cooperativa Eole Modave, que é propriedade do município de Modave, dos cidadãos e das empresas locais.

São casos em que o governo tem uma relação de reforço mútuo com coletividades de cidadãos, assumindo o papel de Estado Parceiro. De momento, exemplos como este são ainda demasiado limitados para permitir que estes coletivos se transformem num nicho sólido.

As autoridades locais poderiam ser mais ativas na procura de oportunidades para projetos de energia sustentável no seu território. Isto envolve a avaliação de coberturas de edifícios públicos para projetos solares e de terrenos públicos para projetos eólicos. Os terrenos representam um dos maiores obstáculos para as cooperativas de energia, uma vez que os promotores já arrendaram um grande número de locais possíveis, não deixando praticamente nenhum terreno privado adequado (a chamada “corrida ao vento”).

A este respeito, os governos podem procurar parcerias com proprietários de terrenos ou de edifícios que se prestem a projetos eólicos ou solares. Os potenciais parceiros incluem as dioceses, as empresas intermunicipais e os Centros Públicos de Apoio Social. Quando um governo elabora a lista dos possíveis projetos de energia solar e eólica sustentáveis para o seu território, pode incluir no concurso critérios qualitativos claros que atribuam pontos à participação dos cidadãos, referindo-se à definição da ICA. Além deste apoio qualitativo, o governo pode, também, tornar possível a partilha da energia solar cooperativa.

Colaboração e trabalho em rede

Em Gent, a cooperativa de energia EnerGent tem vindo a trabalhar numa rede ampla e variada desde a sua criação. Surgiu de um coletivo de cidadãos locais, com o apoio de uma boa rede de transição composta por agentes de todos os domínios e organizações, que ajudaram a divulgar as suas ideias e a aumentar significativamente a consciencialização para os seus projetos. Esta rede de transição acabou por dar origem a um conselho consultivo variado e plural, que presta assistência à cooperativa. A EnerGent investe atualmente em energia eólica, painéis solares e aquecimento. Também faz campanhas para a instalação de mais painéis solares em Gent, através da compra em grupo, e a favor de uma vida mais eficiente em termos energéticos; iniciou uma campanha de *crowdfunding* para criar um bairro de energia verde; e atualmente está também a estudar as possibilidades de partilha de energia local e descentralizada. Mas a cooperação entre as diferentes cooperativas de energias renováveis é também crucial para impulsionar e direcionar as cooperativas mais pequenas e em fase de arranque. Desta forma, uma ampla rede de cooperativas de energias renováveis pode emergir e crescer, como um nicho de mercado, com potencial para se transformar num sistema pleno de energia alternativa.

Conclusão

A Bélgica optou, durante muito tempo, por uma trajetória de política energética altamente centralizada. A opção firme e antidemocrática do país pela energia nuclear e a liberalização do mercado da energia levaram a que um número limitado de grandes empresas de energia adquirissem posições dominantes no mercado. Os cidadãos foram vítimas de uma visão política míope, com decisões centralizadas, grandes flutuações de preços e empresas orientadas para o lucro. Como resultado, até à crise financeira de 2007, a Bélgica estava a ficar para trás no domínio da política energética sustentável e dos sistemas de energias renováveis. Os cidadãos começaram então a criar as suas próprias cooperativas de energia e as autoridades locais disponibilizaram cada vez mais a sua ajuda. O movimento está a crescer rapidamente e existem hoje nada menos do que 27 cooperativas de energia. Embora a sua quota de mercado seja ainda modesta, o seu impacto é significativo. Com base na teoria da transição e na visão do Estado Parceiro acima mencionado, é fundamental que os governos locais e os cidadãos partilhem uma política energética moldada de baixo para cima, em vez de imposta de cima para baixo. Isto aplica-se à Bélgica. O sol e o vento pertencem a todos. As cooperativas locais de energia podem revitalizar a economia local, dar mais autonomia aos cidadãos e formar a base para um sistema energético sustentável - como mostram os muitos exemplos.



NOTAS

- 1 Vrijheid & Zekerheid/Freedom & Security. Dirk Holemans. 2016
- 2 *Vrijheid & Zekerheid/Freedom & Security*. Dirk Holemans. 2016
- 3 *The Energy Transition to Energy Democracy*. Dirk Vansintjan. REScoop.eu
- 4 *Vrijheid & Zekerheid/Freedom & Security*. Dirk Holemans. 2016
- 5 https://www.rosalux.eu/fileadmin/media/user_upload/energydemocracy-uk.pdf
- 6 *The Energy Transition to Energy Democracy*. Dirk Vansintjan para REScoop.eu
- 7 *Vrijheid & Zekerheid/Freedom & Security*. **Dirk Holemans**. 2016
- 8 *Local energy ownership in Europe. An explanatory study of local public initiatives in France, Germany and the United Kingdom*. **Andreas Rüdinger** para EnergyCities.
- 9 http://europa.eu/rapid/press-release_IP-16-4009_en.htm
- 10 <https://www.rescoop.eu/blog/strong-support-for-citizens-energy-communities-in-europe-s-new-electricity>
- 11 Ver, por exemplo, o relatório holandês KVS Preadvieven 2018: *Klimaatbeleid: kosten, kansen en keuzes*.
- 12 <https://ec.europa.eu/clima/policies/strategies/2050#tab-0-0>
- 13 <https://ec.europa.eu/clima/policies/strategies/2050#tab-0-0>
- 14 http://europa.eu/rapid/press-release_IP-18-6543_en.htm
- 15 http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20110308_a-hrc-16-49_agroecology_en.pdf.
- 16 **Olivier De Schutter**
- 17 <https://ec.europa.eu/energy/en/topics/nuclear-energy>
- 18 <http://www.hitachi.eu/en-gb/press/hitachi-announces-suspension-uk-nuclear-power-stations-construction-project-and-posting>
- 19 http://energywatchgroup.org/wp-content/uploads/2018/12/EWG-LUT_Full-Study_Energy-Transition-Europe.pdf
- 20 <https://www.rescoop.eu/blog/how-can-the-eu-support-energy-communities-and-citizens-to-participate-in-the?categoryId=39507>
- 21 *In defence of degrowth*. **Giorgos Kallis**. <https://degrowth.org/wp-content/uploads/2011/08/In-defense-of-degrowth.pdf>
- 22 *The politics of sufficiency: a new approach to ecological production*. **Dirk Holemans e Maya Maes**. *Publicado no Green European Journal, In the debate, 29/09/2015*.
- 23 <https://www.eoswetenschap.eu/technologie/kernenergie-belgie-een-opmerkelijke-geschiedenis>
- 24 *Vrijheid & Zekerheid/Freedom & Security*. **Dirk Holemans**. 2016.
- 25 <https://oikos.be/denktank/artikels/331-when-citizens-take-matters-into-their-own-hands-a-closer-look-at-citizen-collectives-established-in-2015-and-2016>
- 26 <https://oikos.be/denktank/artikels/331-when-citizens-take-matters-into-their-own-hands-a-closer-look-at-citizen-collectives-established-in-2015-and-2016>
- 26 Cf. Reportagem Terzake de 12/12/2018 no canal de televisão VRT (<https://www.youtube.com/watch?v=4iSskbAyzpc> - em holandês)



Contacte-nos:



GREEN EUROPEAN FOUNDATION

GREEN EUROPEAN FOUNDATION
3 Rue du Fossé - 1536 Luxemburgo
Escritório de Bruxelas:
Mundo Madou - Avenue des Arts 7/8
B-1210 Bruxelas - Bélgica

t: +32 (0) 2 329 00 50
e: info@gef.eu
www.gef.eu

Ligue-se a nós:

Visite nosso site para saber mais sobre nós.



gef.eu

Siga-nos nas redes sociais para se manter informado sobre as últimas atividades e eventos em toda a Europa.



[GEF_Europe](https://twitter.com/GEF_Europe)



[GreenEuropeanFoundation](https://www.facebook.com/GreenEuropeanFoundation)



[GEF_Europe](https://www.instagram.com/GEF_Europe)